Revista Debates Insubmissos

# QUESTIONAR SABERES: O LUGAR DO "NÃO-LUGAR[1]" DOS DISCURSOS PERIFÉRICOS

## *QUESTIONING KNOWLEDGES: THE "NON-PLACE" OF PERIPHERAL DISCOURSES*

Silvia Adélia Henrique Guimarães.[2]

**RESUMO**

No artigo, empreendo como objetivo central questionar alguns saberes a partir de minha própria vivência como professora-pesquisadora-periférica que circula em um lugar que garante status social, cuja presença é socialmente justificada pelo equivocado discurso meritocrático. Questiono saberes, também, a partir de minha própria vivência como mulher não-preta, não-subempregada, não-favelada, não-informalizada, não-artista, que não tem um lugar marcado nas cadeiras dos engajamentos com terrenos mais delimitados. Questiono saberes a partir de minha própria vivência como quem não é mais considerada plenamente uma dos seus, tampouco passou ou passará a ser considerada uma dos deles – sujeito considerado fincado em um não-lugar nos discursos de pertencimentos. É, pois, a partir desse lugar discursivo, o não-lugar, que revisito minha pesquisa de doutoramento, ressignifico algumas reflexões, amplio alguns debates e inscrevo meu terreno no endereço das nuanças como também-lugar, e legítimo, no contexto em que se luta, sobrevive, resiste e em que se tenta uma reexistência por meio da perspectiva da decolonização – do poder, do saber, do ser.



**Palavras-chaves**: Decolonialização; Sujeitos periféricos; Texto e contexto.

***ABSTRACT***

*In this work, my central objective is to challenge certain aspects of knowledge based on my own experiences as a peripheral-teacher-researcher circulating in a context that confers social status. My presence in this context is often socially justified by the misguided meritocratic discourse. Additionally, I seek to question knowledge derived from my experiences as a non-black, non-underemployed, non-slum resident, non-informal worker, and non-artist woman, which leaves me without a distinct place in the discussions within more narrowly defined*

[1] Ao longo do texto, utilizei o recurso de hifenização para marcar algumas expressões, de modo a assumi-las, estilisticamente, como palavras de sentido integral, tais como não-lugar, sempre-lugar, lugar-docente, entre outras.

[2] Professora adjunta na UERJ, atua no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ), na educação básica e na graduação. Doutora em Língua Portuguesa (UERJ, 2018) e Mestre em Linguística (UERJ, 2011). Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica (UNIGRANRIO, 2005) e em Elaboração Curricular e Prática Docente na Educação Básica (FEBF/UERJ, 2009), graduou-se em Letras pela Universidade do Grande Rio (2003). e-mail: sguimaraes05@hotmail.com.

*spaces. I also reflect on knowledge arising from my experience as someone who is no longer fully regarded as one of "them" and will not be acknowledged as such—a subject perceived as existing on the fringes within discourses of belonging. Consequently, from this discursive standpoint, the non-place, I reexamine my doctoral research, infusing fresh meaning into certain reflections, expanding upon specific debates, and establishing my terrain as a legitimate place in the context of ongoing struggles, survival, and resistance. I aim to redefine it as a place where one strives for (re)existence through the lens of decolonization—decolonization of power, knowledge, and identity.*

***Keywords:*** *Decolonialization; Peripheral subjects; Text and context.*

## INTRODUÇÃO

Questionar saberes a partir de pertencimentos pela perspectiva do rompimento das oposições ontológicas implica, também, tocar nuances. Apesar de haver, já, diferentes estudos que questionam essas oposições, existem tópicos que, por causa das nuanças, acabam ganhando um segundo lugar de apagamento, deixando de receber atenção de um e de outra perspectiva das propostas fincadas na dualidade. Dentre tantas nuances possíveis de serem abordadas, debruço-me sobre a pergunta: O que é o sujeito nascido periférico, mas que migra para um novo lócus de formalidade/aceitabilidade social, se não uma representação de *nuance* das questões atinentes ao sujeito periférico-da-periferia (este, geralmente, marcado pelos estudos e pelos *status* culturais amplamente difundidos sobre o que seja uma, somente uma, periferia)?



Partindo desta pergunta, considerei jogar luz sobre um lugar bastante específico e ainda pouco representado nos estudos do discurso: O lugar do sujeito professor-pesquisador periférico não-preto, não-subempregado, não-informalizado que, apesar de não mais ser considerado como “um dos seus” (por ter “saído dali” e de ter “e formado”), tampouco é considerado como “um dos deles” (por não ter se constituído, na base, pelas mesmas vivências socioculturais elitizadas a que agora tem acesso).

Apesar de ter como objetivo central neste artigo fomentar questionamentos que tocam (re)construção de identidade(s), abordarei minha pesquisa de doutoramento, realizada com dez grupos de estudantes, moradores de dez diferentes periferias cariocas. As representações

linguístico-textuais-discursivas mobilizadas por estudantes inseridos na maior rede de ensino da América Latina provocaram reflexões sobre como o mesmo Objeto de Discurso (OD) (drogas na adolescência) era representado 1) de forma distinta pelos grupos distintos, a depender do contexto geo-espacial de cada grupo periférico; mas 2) de forma equivalente/padronizada no interior de cada grupo (GUIMARÃES, 2018).

A pesquisa original embasa as reflexões sobre *como* os resultados da investigação reverberaram em mim, sujeito pesquisador, e como retroalimentaram minhas vivências teórico-metodológicas e (por que não?) psicológicas. Ademais, apresento-a como uma forma de discutir que, na linguagem científica, também, a univocidade deveria ser questionada; e as lentes, não apenas, deveriam ser limpas, mas também ajustadas, para se observar outros achados: (neste caso) São esses saberes distintos, de periferias distintas, com modelos contextuais específicos que os sujeitos carregam e levam – mesmo quando passam a se inserir em novos contextos. E farei essa reflexão pela concepção teórica da Linguística Textual (LT), para explicitar o embasamento da pesquisa citada e pela abordagem crítica do discurso, na especificidade dos estudos decoloniais, numa perspectiva transdisciplinar.



Para promover essa discussão, apresento, primeiramente, algumas noções teóricas. Na segunda seção, apresento a abordagem metodológica que pauta o artigo, o qual propõe discutir a noção de cientificidade presente na pesquisa de base qualitativa – aqui, portanto, a seção metodológica empreende ser também teórica. Em seguida, discuto os usos linguísticos para uma perspectiva de educação linguística decolonial, o que se seguirá das "considerações periféricas" – com o sentido recategorizado no texto.

## 1. RELACIONAR TEORIAS PARA QUESTIONAR SABERES

A noção de decolonialidade está carregada de enfrentamento aos valores dominantes dos colonizadores que, para acumularem os bens geradores de sua modernização, exploraram e racializaram outras nações por meio da violência – em muitos sentidos. Esse enfrentamento, porém, precisa estar marcado pela compreensão de que não se trata de uma herança, apenas,

mas da reprodução sistemática ainda atual dessa exploração/racialização que, segundo Quijano (2010), sustenta-se pela

> [...] imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular ao referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala social (QUIJANO, 2010, p. 84).

Assumir a perspectiva decolonial significa, pois, assumir que o processo de decolonização, ainda, não se efetivou (PARDO, 2019; VAN DIJK, 2022). Por isso, agir do lugar-docente, por meio do texto-discurso, junto a estudantes que vivenciam contextos de subalternidadade, é agir a partir deste atravessamento. Assim sendo, é essencial compreender a noção de língua também por uma abordagem crítica, em que a linguagem é "primeiramente uma característica da atividade social humana, cuja função maior é de ordem comunicativa ou pragmática" (BRONCKART, 2012, p. 34).

Essa noção dialógica da linguagem, acrescentada à perspectiva cognitiva é a que embasa, atualmente, a LT e, consequentemente, os estudos da Referenciação. Nestes estudos, compreende-se que o referente se constrói na forma de uma manifestação discursiva, com sentido estabilizado apenas momentaneamente – por isso, denominado Objeto de Discurso (OD). De acordo com Mondada e Dubois (2003, p. 20), trata-se da "construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, nas ratificações de concepções individuais e públicas do mundo".



Observar, na materialidade do texto, a co/des/re/construção do OD redunda em conhecer as representações que os textos materializam (o inclui, portanto, ou a reprodução, ou a tentativa de refutação dos saberes coloniais). Considerar, pois, linguagem/texto/referente pela noção texto-discurso é basilar para o que se empreende aqui e, ao mesmo tempo, responde à própria atualização da teoria do texto, pois, conforme ratifica a professora Vanda Elias (2023),

> [...] suas pistas contextualizadoras ou sinalizadoras da conectividade sujeito-língua-mundo oferecem um conjunto variado de desafios que testam os limites da LT e os nossos, analistas de texto, principalmente em se tratando

> das possibilidades e necessidade de diálogo com especialistas de outras áreas do saber (ELIAS; CAPISTRANO JÚNIOR, 2023, p. 30).

Trata-se, portanto, de uma investigação potencializada pela relação entre os estudos do texto e outras disciplinas que puderem cooperar para a compreensão do texto como modo de agir no mundo, em necessária relação texto-contexto.

Sobre o contexto, assumo-o pela perspectiva cognitiva proposta por Van Dijk (2012), para quem o contexto se forja a partir do modo como o sujeito vivencia todos os tipos e níveis de experiências sociais/sociológicas. Tais experiências, sistematicamente repetidas, formam o que o teórico denomina de **modelo de experiências (modelo de contexto)**, sendo este materializado na/pela linguagem. Trata-se de experiências consideradas como categorias compartilhadas, pois ocorrem em relação indissociável com uma base cultural, base essa que, naturalmente, permeia papéis e valores sociais, propósito e adequabilidade comunicativos, conhecimento de mundo – tudo isso engendrado pela especificidade temporal do eixo sócio-político-cultural. Assim sendo, o contexto não é visto pelo viés social/sociológico externo aos sujeitos, mas é considerado como representação mental que eles fazem sobre um determinado elemento social.



Esses modelos de contexto explicam, portanto, as formas de interpretar textos, a seleção léxico-gramatical, as subversões ou as ratificações das/nas estruturas e dos/nos gêneros, quais dados do conhecimento de mundo receberão ênfase para a efetivação de sentido no texto, etc. Tal noção está ratificada em Marquesi *et al* (2019), que dizem:

> [D]efinir contexto em termos cognitivos permite-nos observar as diferenças entre as interpretações subjetivas dos usuários da língua que estão em uma mesma situação social, por exemplo, nos diferentes discursos (escolhas lexicais, temáticas, sintáticas, a entonação, os gestos e as expressões faciais) que provêm de uma mesma leitura (MARQUESI *et al*, 2019, p. 51).

Por isso, estudar os textos dos estudantes pela especificidade das ocorrências de recategorização coopera para observar *como* os modelos contextuais neles se materializam. Trata-se, neste caso, de uma teoria redimensionada, que entende que a *recategorização:* 1) pode ser operada na materialidade linguística, mesmo que a primeira menção tenha sido

realizada por outras semioses ou em outros contextos discursivos; 2) não se limita a materializar-se por meio de expressões referenciais remissivas; 3) pode ocorrer de forma não linear; 4) pode ocorrer por meio de repetições lexicais; 5) pode ocorrer na relação com outras semioses; 6) pode efetivar-se a partir da integração de elementos presentes no entorno discursivo[3] em sua efetivação; 7) pode ocorrer pelo próprio elemento contextual (CIULLA, 2008; CUSTODIO FILHO, 2012; CAVALCANTE; SANTOS, 2012; CAVALCANTE; BRITO, 2016).

Se de um lado, a noção de recategorização extrapola a seleção lexical, de outro lado, as especificidades lexicais precisam ser consideradas em uma retomada do OD. Isso porque efeitos de sentido, tais como a ironia; (in)adequabilidade da escolha a partir do lugar de fala; representatividade social e cultural; tempo histórico e político; etc. (BRONCKART, 2012) podem materializar representações ideológicas distintas, a partir de um mesmo item lexical distinguido tão-somente por certas características semânticas.

É, pois, pela relação intrínseca assumida entre texto e contexto que considero relevante descrever a forma como a noção de periferias importa no âmbito deste artigo.



## 2. PERIFERIAS CARIOCAS: UM POUCO DE CONCEITO PLURALIZADO E NÃO OPONENTE

Para situar a noção de periferias assumida, apresento, na seção, uma síntese do desenvolvimento de diferentes contextos periféricos do Rio de Janeiro, a começar pela noção que compreendo basilar: a noção de lugar. Essa abordagem geográfica colabora, a meu ver, para uma compreensão mais ampla da relação texto/contexto/discurso, compreendida do ponto de vista teórico que situa o artigo, como inseparáveis. Posto isso, subdividirei a seção em duas partes, apenas como forma de organização textual, e não como forma de fragmentar os saberes que, na discussão, serão atravessados.

[3] Grosso modo, entorno discursivo refere-se às pistas encontradas ao redor do referente, e que têm por função indiciar, mesmo por relação indireta, como pode ser efetivada a (re)construção de seu sentido (CIULLA E SILVA, 2008).

## 2.1 Aspectos geográficos

A abordagem crítica do campo da geografia integra ao lugar as relações entre o local e o global, defendendo, assim, que a noção de lugar abarca, simultaneamente, o social, o econômico e o político-global. Desta forma, embora os lugares apresentarem suas marcas locais, a tendência é que se reorganizem, se reestruturem e, mesmo, mantenham certas características naturais e culturais, desde que potencializem o eixo mercadológico (SANTOS, 2005). Os sujeitos periféricos são, portanto, e, também, resultado dessa promoção da cidade para atrair investimentos: são frutos da limpeza do centro, constituindo, na especificidade carioca, distintos lugares periféricos.

A noção de lugar é perpassada por representações, podendo ele ser entendido de diferentes acepções, sobrepostas, interpostas, hibridizadas: lugar como mercadoria para o contexto macroestrutural, como mecanismo de manobra da massa, como expressão de individualidade, como *lócus* de resistência. Assim, a(s) identidade(s) do lugar encontra(m)-se em constante disputa de forças (SANTOS, 2005, p. 142-144).



A partir dessa concepção de lugar, a noção de periferia pode ser compreendida em abordagem também crítica, extrapolando a noção de dualidade atrelada às periferias, como nas expressões amplamente difundidas central/marginal; morro/asfalto; cultura elitizada/cultura periférica. Tal dualização, fruto, ainda, de uma base epistemológica positivista, reproduz uma noção estática e unívoca de periferia e deságua em estudos que, muitas vezes, reduzem a noção de periferia à favelização, ou aplicam noções específicas de uma determinada periferia a outras, para as quais um determinado saber não cabe. Exemplos disso são as noções de gueto, existente no contexto de São Paulo, e de subúrbio, existente no contexto europeu. Defendo, portanto, a concepção de periferias como uma concepção de deslocamentos teóricos e metodológicos.

Exemplo desse deslocamento do conceito é que, no contexto carioca, há diferentes moldes para a vivência periférica. Nesse contexto, até mesmo as favelas, constituem-se e reformulam-se a partir de diferentes variáveis presentes em seu entorno: cultural, social,

geográfica, financeira, política, religiosa, o que resulta em formações tão distintas que nem sempre podem estar alocadas sob um mesmo rótulo.

Não apenas isso, no contexto carioca, o interior de uma favela pode ser tão complexo em cultura, aquisição financeira, subjetividades, que complicam ainda mais um conceito único e fechado para o termo periferia. Se a favelização se iniciou, já, como um projeto político de exclusão, o mesmo não se poderia dizer a respeito do subúrbio, que, inicialmente, já contava com a presença do Estado. Porém, é a precarização do subúrbio, na especificidade do contexto carioca, que fará com que, também ele possa ser considerado um subtipo de periferia, complexificando a noção.

A perspectiva de esvaziamento do dual começou ainda nos anos 1970, quando o mercado imobiliário, para criar oportunidades (para si!), iniciou empreendimentos em certas periferias, levando até elas o segmento médio. Esse movimento marca "a nova fronteira de expansão do capital imobiliário e de circuitos econômicos que tendem a acompanhar o processo de enobrecimento de determinadas áreas urbanas" (LAGO, 2015, p. 86). Por isso, nas palavras de Domingues (2007, p. 139),



> [...] quase tudo pode ser periferia de qualquer coisa, em tempos de geografias distintas, lugar ou condição. Centro, por oposição, pode ser o mesmo. A questão é que <<Centro>> para além de lugar ou forma, é também um significado de organização – de onde tudo diverge e palavra onde tudo converge – uma espécie de *axis mundi* que antropologicamente pode tomar sentidos, representações e rituais diversos (DOMINGUES, 2007, p. 139).

Considerar o subúrbio carioca como um subtipo de periferias[4], deve ser um movimento que reconheça ambos como diferentes tipos de afastamentos, que nascem em tempos e por razões distintas. Por outro lado, os dois fenômenos devem ser igualmente considerados, pois foram ocasionados pelo mesmo interesse: provocar e manter divisão de classes – integrante do tripé raça-classe-gênero.

[4] Um aprofundamento da construção conceptual dos termos, e de como a história assume, rechaça e recupera os dois termos, em abordagem historiográfica, encontra-se em Guimarães, 2018.

Nesse tripé se sustenta a tentativa de isolamento das periferias, embora elas estejam cada vez mais próximas espacialmente. Demonstração disso é o estudo de Lago (2015), que relaciona a malha metropolitana carioca dos anos 1980 e o grau de instrução de seus moradores. O estudo mostra: a) uma homogeneidade no baixo grau de escolaridade entre os moradores de áreas periféricas afastadas do centro, em distinção de b) um padrão dual no grau de escolaridade, na Zona Sul, na relação sem instrução *versus* ensino superior. Em contrapartida, a baixa escolarização mantém-se, nos diferentes tipos de periferias, mesmo aqueles situados na Zona Sul, pela necessidade de oferecer mão de obra - barata. Assim, se mantém, conforme Lago (2015, p, 91), "convergência entre os altos percentuais de trabalhadores em ocupações inferiores, os de pessoas com baixos rendimentos e, ainda, os de pessoas com pouca instrução".

Assumir, portanto, a relação dual centro-periferia significa apagar lugares – silenciar questionamentos. Nesse sentido, diz Lago (2007), "[u]rbanizar, ordenar, regular ou 'limpar' os centros urbanos foram e continuam sendo, ações de redirecionamento daqueles que estão 'fora do lugar'" (LAGO, 2007, p 279).



Importante retomar que o conceito de periferia não equivale ao conceito de favela. Sublinho, ainda, que não assumo tal noção pelo caráter exclusivo de precariedade, visto que existem várias favelas tradicionais que já são urbanizadas, que contam com saneamento e que já ganharam caráter de (favelas) bairro. Ademais, várias delas já recebem a (tentativa de) presença do Estado, representado pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e por Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). Isso posto, modalizar a noção de periferias colabora inclusive para compreender nuanças, conforme se vê no quadro que encerra a seção.

**Quadro 1 – Resumo dos conceitos de Periferia e Subúrbio assumidos na pesquisa**

| Periferia | Subúrbio |
|---|---|
| • Considerada da perspectiva imbricada a aspectos socioeconômicos, territoriais e infraestruturais delimitadas por aspectos espaciais, e não exclusivamente ao distanciamento com o centro geoespacial.<br>• Assumida em aspecto plural (periferias), | • Considerado, na ressignificação do conceito, um tipo de periferia;<br>• Considerado pela perspectiva não excludente de suas culturas específicas, nem da importância econômica que lhe são peculiares;<br>• Desvinculado da noção inicial de lugar |

| | |
|---|---|
| sendo considerada por suas características também plurais, que podem se hibridizar: 1) valores simbólicos e de culturas próprias; 2) presença do Estado, a depender dos interesses políticos *glocais* para o lugar; 3) presença/ausência do aspecto "favelizado", que pode ganhar status de glamour, também a depender dos interesses políticos; 4) presença/ausência do aspecto "favelizado", que pode ganhar status de cultura e resistência, a depender do engajamento/protagonismo sócio histórico do lugar; 5) pode existir sob diferentes formas periféricas (intraurbanas, suburbanas e periurbanas). | estrategicamente afastado para proporcionar paz e descanso - o lugar dos jardins;<br>• Assumido no contexto carioca como lugar reservado, junto às construções de fábricas, para a formação de bairros e consequente facilitação de mão de obra.<br>• Assumido no contexto de imbricação e hibridização, em que se mesclam 1) moradias mais tradicionais destinadas à classe média; 2) moradias mais improvisadas, que recebem os trabalhadores mais pobres; e 3) moradias mais periféricas, construídas como rota de fuga do aluguel e da exclusão social (comunidades ou favelas) efetivadas no centro e Zona Sul. |

Fonte: Guimarães (2018).

## 3. QUESTIONAR O (COMO) FAZER: UM POUCO DE METODOLOGIA



Considero relevante iniciar esta seção com alguns pressupostos. Isso se dá, no contexto questionador do artigo, por três razões: 1) pela necessária e urgente popularização dos saberes teóricos atinentes à metodologia da pesquisa científica (que, muitas vezes, ficam confinados aos textos especializados); 2) pela necessária e urgente naturalização da noção de que popularizar não redunda, necessariamente, em levar saberes aos que estão fora do âmbito acadêmico, tendo em vista que vivenciamos um contexto universitário em que a educação linguística, por exemplo, ocorre no descolamento das noções epistemológicas do fazer científico (estas, tidas como saber exclusivo da Pós-Graduação *stricto senso*); 3) pela necessária e urgente superação da superespecialização dos pesquisadores com apropriação da prática inter/trans/multidisciplinar em nossas próprias pesquisas acadêmicas, o que se dá pela mediação de saberes teóricos de base crítica da metodologia da pesquisa científica (que tem sido, ainda, difundida apenas pela perspectiva do positivismo).

Defendo os três pontos elencados como necessários e urgentes, pois há muito saber cristalizado, especialmente, o saber sobre o que é ser científico e o que é pesquisar com rigor metodológico. Neste sentido, as desconstruções precisam ocorrer desde a crítica às

epistemologias e, para isso, há que se saber sobre elas – o que pode ser traduzido pelas seguintes palavras de Resende (2019):

> Sabemos que todo conhecimento é totalmente produzido e tem validade situada, mas quando a produção localiza-se no contexto da modernidade europeia, se disfarça sob um manto de universalidade que por vezes compartilhamos sem muita reflexão ao aplicar teorias e métodos (RESENDE, 2019, p. 23).

Considero a subversão do *status quo* da apresentação de uma seção cuja finalidade é descrever o viés pragmático da pesquisa (pela pressuposição de que o leitor do artigo domina os saberes teóricos de tal descrição), pode colaborar para a desnaturalização do tipo de ciência ainda colonial em que nossa sociedade se inscreve.[5]

Isso posto, inicio que, epistemologicamente, a investigação ora discutida e seus desdobramentos erigem-se sobre o paradigma qualitativo. Desta perspectiva, o pesquisador não pretende confirmar pressuposições, mas pretende buscar respostas para *questões*. Trata-se, portanto, de um paradigma que pauta as pesquisas em perspectiva situada, em que: 1) o pesquisador emerge como sujeito social situado na realidade estudada, e não mais como um narrador onisciente; 2) os participantes emergem como sujeitos sociais que (re)significam o seu mundo; e 3) a realidade observada emerge sempre de modo contextualizado. Tal guinada viabiliza uma série de leituras e de interpretações sobre a realidade recortada, consciente de que descreve um grupo específico que vivencia uma situação específica em um contexto também específico. As conclusões dos estudos pautados neste paradigma, portanto, não são tomadas como absolutas, nem assumidas como regras gerais (DENZIN; LINCOLN, 2006).



Trata-se de uma abordagem que assume perspectiva transdisciplinar, considerando que "nenhum processo social pode ser compreendido de forma isolada, como uma instância neutra acima dos conflitos ideológicos da sociedade" (ALVEZ-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999, p. 139). Assim, o diálogo entre diferentes perspectivas teóricas

[5] Pensando em aspectos como estes, o artigo se alinha à natureza ideológica do Projeto de Extensão Café com Método: Estratégias de popularização do pensamento científico aplicado aos estudos de linguagens, que é assumir a popularização científica como ferramenta para a luta contra a ainda árdua e longa trajetória de desenvolvimento científico-educacional, cujo fruto e semente são, sempre, políticos, culturais e contextuais.

ocorreu, também, em nível teórico-metodológico, pois propus uma relação texto-contexto pautada em teorias passíveis de convergência: a LT, que tem no texto seu objeto de análise, e a ADC, que tem no próprio problema social (em nível de rede de práticas discursivas) seu objeto de análise. Portanto, da perspectiva da ADC, não se devem desconsiderar os passos que seguem este primeiro, que são observar

> 2) quais características nas redes de práticas sociais impedem a superação do problema; 3) verificar as funções do problema nas práticas discursiva e social; 4) especular sobre possíveis maneiras de superar os obstáculos; 5) refletir sobre a análise realizada. (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 60-66)

Por outro lado, também minha ação pela perspectiva da ADC ocorreu pelo questionamento: no contexto da pesquisa, o fato de não se ter efetivado um retorno junto ao grupo participante, retorno que possibilitasse desnaturalização de certos saberes hegemônicos, ou reflexões para a mudança, significaria, realmente, uma falha no âmbito da pesquisa inscrita nessa abordagem? As respostas retornarem para a própria reflexão acadêmica, para discussão entre os pares, ou em nível de promoção de ações extensionistas com outros sujeitos que não os participantes da pesquisa, de forma a desnaturalizar certos discursos em contextos semelhantes não seriam forma de agir na perspectiva da ADC? A mudança da própria prática docente do professor-pesquisador-formador-de-professores não seria uma forma de mudança em âmbito social?



Esses questionamentos a abordagem de base metodológica foi o que me possibilitou, por exemplo, refletir (a partir dos dados e da interpretação dos resultados da pesquisa a que me reporto no artigo) sobre o meu próprio (não) lugar: um sujeito-pesquisador que consegue se enxergar a partir das nuanças descritas e, a partir disso, passa a (re)significar seu próprio novo-lugar. Isso porque, tanto os sujeitos participantes, quanto o (eu)sujeito pesquisador estão situados e, como seres situados, agimos nas/pelas intersubjetividades que se fotografam, de alguma forma, por meio da pesquisa. Isso porque, na pesquisa de base qualitativa, compreende-se que "as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado" (ALVEZ-MAZZOTTI, 1999, p. 131).

No contexto da pesquisa, parti de uma pergunta que foi, grosso modo: A depender do local geográfico em que se inserem, os grupos de textos divididos por escola apresentarão representações ideológicas específicas sobre um OD, mesmo que essas diferentes escolas insiram-se no mesmo contexto político-educacional?

Na pesquisa, analisei texto/contexto de estudantes de diferentes unidades escolares que integravam uma mesma rede de ensino – a maior rede da América Latina. Trata-se de dez *corpora* forjados por moradores de lugares periféricos (entorno de Madureira, Pavuna, Santa Cruz, Irajá, Barra; e, ainda, Rocinha, Vidigal, Maré e Costa Barros). Contudo, uma peculiaridade de alguns bairros é sua relação com a criminalidade, com a falta de acesso a bens simbólicos tidos como importantes, com o baixo salário, com a forma de organização no espaço e, ainda, com seu ranqueamento junto ao IDH – citem-se Costa Barros, Maré, Rocinha e Santa Cruz como exemplos. Essa relação contextual interferiria na construção textual desses estudantes? Em caso afirmativo, em que medida alteraria seu repertório linguístico-discursivo?



Do ponto de vista descritivo, a pesquisa poderia ter sido vista em abordagem exclusivamente linguístico-textual; contudo, a pesquisa fincou-se em um terreno mais subversivo – subversão relacionada ao deslize pelas linhas limitantes dos espaços das disciplinas; subversão que não deve ser confundida com falta de rigor metodológico (crítica efetivada pela perspectiva pós-colonialista, tendenciosa à fragmentação dos saberes). Atravessando, portanto, os limites impostos pela égide da fragmentação do saber, ocupei-me em colocar em diálogo a Linguística Textual (LT), a Análise de Discurso Crítica (ADC), a Geografia, e saberes outros das ciências humanas que pudessem cooperar com a discussão, como Sociologia e História.

A questão que se põe é que a DC seleciona como categorias de análise aquelas que, de algum modo, cumpram o papel de conduzir "o mapeamento de relações dialéticas entre o social e o discursivo, permitindo a investigação de efeitos constitutivos de textos em práticas sociais, e vice-versa" (RESENDE, 2019, p. 113).

Para potencializar o estudo, vali-me, inclusive, dos procedimentos metodológicos relacionados à pesquisa de base quantitativa, a fim de realizar a triangulação dos dados (por

meio de aplicação de questionário, pela participação dos representantes políticos das escolas e pela interação da pesquisadora no contexto de aplicação da pesquisa) o que potencializou a complexização das discussões.

Do modo tradicional, o conceito de triangulação dos dados traduz-se pelas "diferentes maneiras para investigar um mesmo ponto" (ALVEZ-MAZZOTI; GEWANDSZNAJDER, 1999, p. 173), podendo efetivar-se de formas variadas (comparação de teorias, de fontes, etc.). Contudo é a intencionalidade no modo de praticar a triangulação que interessa a pesquisa qualitativa: não de modo a manter a relação antagônica *confirmar/refutar* as respostas dadas por uma "fonte principal" de análise, mas de modo complexivizar os achados e, inclusive, possibilitar novos achados.

Penso que reflexões como esta ganham acolhimento na perspectiva decolonial, naquele sentido de convergir saberes e expandi-los para questionar os discursos pós-coloniais cristalizados. É pela importância dessa perspectiva, e pelo didatismo, que considero importante replicar a defesa de Resende (2019, p. 20), que descreve:



> O esforço decolonial desse campo (os estudos discursivos), então, deveria dirigir-se a três caminhos convergentes: decolonizar o saber, no sentido de lograr criticar teorias e métodos, e compreender, como propõe o giro decolonial, que não há conhecimentos universais (isso inclui, obviamente, o conhecimento acadêmico sobre linguagem). E decolonizar o poder da ação criativa no esforço de superação desse conhecimento universalizante, isto é, assumir a potência de criação teórica e metodológica local, especialmente por meio do constante questionar da separação disciplinar e suas imposições; e decolonizar o ser, fazendo uso estratégico desse espaço paradoxal, o que carrega as potencialidades da comunhão de saberes, incluindo também o conhecimento comum. Tudo isso deve ter impacto sobre a educação, especialmente a educação pós-graduada em estudos discursivos num ciclo virtuoso entre consciência (ser), crítica (saber) e criatividade (poder) (RESENDE, 2019, p.20).

O que pretendo, portanto, aqui, é refletir sobre como os pressupostos metodológicos, também, podem servir às nuances, mesmo quando elas não se entendem como tais; mas, mais do que isso, pretendo refletir sobre como podemos, por meio da pesquisa, discutir sobre o papel social que opera pelas nuanças: E a escola (significando aqui todos os níveis e segmentos), na representatividade da produção do texto (representando aqui todos os gêneros

e modalidades), por si só, apresenta características profundamente sociológicas, tanto porque será na escola onde mais se produzirá texto quanto porque será na escola onde mais se reproduzirá valores.

## 4. QUESTIONAR SABERES: RESULTADOS DE PESQUISA COMO FERRAMENTA DE QUESTIONAMENTOS

Na presente seção, teço relações entre os resultados centrais da pesquisa de doutoramento e meu atual lugar(?) de professora-pesquisadora-extensionista. Uma limitação da seção, quiçá do artigo, pode estar na falta de exemplos de textos que demonstrem didaticamente as interpretações ora resumidas. Porém, como meu objetivo era registrar tensionamentos, optei pelo risco de deixar os dados na forma de consulta à pesquisa original. Por outro lado, optei por desenvolver um pouco mais algumas descrições teóricas e metodológicas, pois elas não concernem apenas à pesquisa original, mas estão fulcralmente relacionadas aos questionamentos presentes no artigo.



A pesquisa ocorreu na forma de interação realizada diretamente com a pesquisadora. Nela, os estudantes foram convidados a escrever sobre o tema drogas na adolescência, dentro da perspectiva dissertativo-argumentativa. Como a proposta era conhecer o que os participantes traziam de saberes já agregados, ao final do ensino fundamental II, não lhes foram dadas instruções mais específicas, como necessidade de título, número de linhas, organização em parágrafos, etc. tampouco textos motivadores.

Na pesquisa, a depender do modelo de contexto em que se forjava o produtor, o OD drogas esteve relacionado aos valores sociais assim categorizados: os interacionais, os familiares, os políticos, os emocionais, os bioquímicos, os biomédicos, os vitais, os comportamentais, os educacionais, os político-sociais, os político-educacionais, e os cognitivos.[6] Desta forma, apenas para situar alguns, mesmo poucos, achados, descrevo:

[6] Exemplos elucidativos criados para simbolizar os *corpora*: Vitais: Quem usa drogas morre cedo; político-educacionais: a escola deveria ensinar sobre drogas; Familiares: a mãe não deixa sair com colegas que usam; bioquímicos: drogas deixam dependente.

Em sua maioria, os estudantes de Ipanema, que vinham de favelas do entorno do bairro (Rocinha, Vidigal, etc.) e que vivenciavam contextos de lugares "pacificados" recategorizavam o OD pela perspectiva interacional e bioquímica. Trata-se de lugares onde o poder público interveio para diminuir o poder de ação visível do tráfico, deflagrando um certo apagamento de itens lexicogramaticais relacionados ao tráfico, à polícia e mesmo à política. Algo similar relacionado a apagamento ocorreu nas amostras discursivas produzidas na escola da Gávea, que representou o OD nos valores familiares e comportamentais. Esta relação Estado-Zona Sul, que remonta a historiografia apresentada na seção 3, resulta na atualização dos bairros periféricos-suburbanos como receptáculos de violência, tráfico e marginalidade que debandou da Zona Sul e região central, nos últimos anos, pela *pacificação* promovida para a realização das Olimpíadas e a Copa no Rio – o que pode ter resultado no fazer discursivo dos participantes.

Um caso de aumento desse índice de violência no subúrbio carioca encontra-se na Pavuna e em Costa Barros**,** bairros ladeados e interligados pelos complexos de favelas do Chapadão e da Pedreira, e que representam um tipo de periferia que não está na extremidade geográfica o município carioca, como Santa Cruz, por exemplo, mas que se encontram na ponta extrema relacionada a riscos sociais. Trata-se, de um lado, de dois lugares em que a presença do tráfico e os conflitos decorrentes dessa presença são mais visíveis; trata-se, de outro lado, dos textos em que mais se selecionaram itens lexicais relacionados ao campo semântico da marginalidade: foram dois grupos que recategorizaram o OD na relação com questões políticas associadas à segurança pública.



De modo geral, os dados mostraram que, em periferias marcadas pela presença maior do Estado, observou-se a crença do uso de drogas como resultado das relações com outras pessoas. Contudo, mesmo com essa semelhança, as representações mais gerais se distinguiam: a) Barra, que relacionou o OD a questões bioquímicas, apresenta proximidade geográfica dos participantes com Santa Cruz, lugar reconhecido pelas clínicas de recuperação, por exemplo; b) Irajá, que relacionou o OD e o futuro, insere-se em modelo escolar com forte promoção de conscientização sobre oportunidades futuras na vida; c) Vidigal, que relacionou o OD a valores comportamentais, apresenta relação com uma comunidade histórica e culturalmente

envolvida com a resistência; e d) Ipanema, relacionou o OD e fatores bioquímicos (não tive acesso a uma informação precisa que me levasse a interpretar a associação empreendida por este grupo).

O índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) está estreitamente relacionado ao índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No contexto da pesquisa, as escolas localizadas em locais com IDH mais elevado parecem contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento linguístico-textual dos estudantes. Estes parecem sofrer menos com as imposições sociais vivenciadas no interior das comunidades. Trata-se de unidades escolares que funcionam sem a necessidade de cancelarem aulas pelos conflitos, ou pela ausência de recursos básicos (como água e energia elétrica). Nelas, também, o índice de faltas dos alunos relacionadas motivadas por crises no interior das comunidades é inferior. Já os textos de produtores que estudam e moram em bairros com IDH mais baixos soaram menos produtivos, no sentido formal, o que parece denunciar situação de segregação das políticas educacionais (GUIMARÃES, 2018).



Por outro lado, pensar que as periferias localizadas no centro e na Zona Sul têm mais acesso aos valores simbólicos mais valorizados não poderia ser totalmente verdadeiro. No contexto da pesquisa, o acesso ao teatro, ao cinema, e mesmo à praia, era limitado em todos os grupos de participantes. Na pesquisa, não desconsiderei que os estudantes residiam nos entornos da Barra e da Zona Sul, lugares em que o IDH é igual ou até mesmo mais baixo do que o IDH de muitos bairros suburbanos. Cite-se a Rocinha que apresentava IDH inferior ao de Madureira e Irajá. Trata-se, pois, de muitas nuanças sociais que desaguaram em muitas nuanças textuais-discursivas. E também pelas nuanças, o grupo do Vidigal destacou-se, não apenas por sua inserção na cultura do teatro, mas também, em sua inserção *em* grupos teatrais – fruto da própria construção histórica de engajamento do lugar e da forja, consequentemente, do modelo de contexto.

Essa demonstração, mesmo superficial, de algumas interpretações baseadas na pesquisa (GUIMARÃES, 2018), serve para provocar os questionamentos empreendidos a partir daqui: Além de a cidade do Rio de Janeiro ser visada por seus aspectos econômicos e simbólicos, ela conta com importantes universidades e atrai trabalhadores e estudantes de

diferentes estados brasileiros. Apresenta uma movimentação de cunho financeiro, mas simbólico naquele sentido de movimentação dos lugares. Isso porque os estudantes da educação básica, oriundos de diferentes periferias, estão (agora, novamente!),[7] em momento histórico de acesso a essas universidades públicas e de integração sociais aos demais grupos da cidade. Por meio de incentivos políticos e financeiros, muitos conseguem, e voltarão a conseguir, ingressar no ensino superior e na Pós-Graduação. Assim, a questão que se coloca é que esses são textos (discursos) que passarão a circular, em nível efetivo, por diferentes esferas acadêmicas e profissionais. Saber que modelos de contextos esses textos carregam é provocar reflexões que ultrapassam os muros das escolas e os colocam em seu devido lugar de verdadeiras práticas sociais.

A questão, por isso mesmo, precisa ser vista pelo prisma de ampliação: o devido lugar das práticas sociais está posto, mas que lugar é esse do ponto de vista teórico-metodológico, se a metodologia excluir as nuanças, colocando, nas investigações, centralidade na dualidade centro-periferia, certo-errado, ideal-real (como eu mesma fiz, quanto a este último, na tese, sem questionar: 'Ideal[8] do ponto de vista de quem?')?



Questionar saberes é necessário para pensarmos do nosso lugar-sempre-em-movimento. Nesse sentido, um não-lugar é também bem-vindo, se levarmos em conta que a construção identitária do sujeito é forjada pela mesma noção híbrida da sociedade atual, *glocal*, e não mais essencial, como ocorre na postulação positivista. Assim sendo, um não-lugar é necessário, para que as dicotomias sejam efetivamente ressignificadas.

Não se pode desconsiderar que os textos foram produzidos em um lugar de reprodução, na escola-agente-reprodutor-de-hegemonia, embora filosoficamente espera-se que seja lugar de libertação. Assim sendo, observar quais modelos de contextos estão sendo materializadas nos textos é uma forma de olhar *como* o lugar-escola está se movimentando para integrar novos modelos de experiências; e *como* professores e professoras, em seu fazer

[7] Embora a mudança do Governo Federal (através do Golpe forjado contra a então Presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff) estivesse operando contra as diversas conquistas sociais realizadas nas últimas décadas, a tese ainda estava inserida no período histórico da possibilidade de usufruir dessas conquistas; e o artigo, inserido no contexto de Presidência do Estadista Luís Inácio Lula da Silva.
[8] Referindo-me à forma como as retomadas anafóricas eram esperadas no arranjamento curricular formal.

micropolítico, estão colaborando com a decolonização do ser, do saber, do fazer, de forma a conduzir esses estudantes a novos lugares discursivos, a se apropriarem desses novos lugares, a se sentirem pertencentes nesses novos lugares.

O que, inicial e aparentemente, portanto, pode ser um não-lugar, por outro lado, pode ser, já, a movimentação dos lugares e da circulação das vozes. Penso, portanto e ao fim, que é necessário assumir que as nuanças são lugares e, nesse sentido, elas precisam passar a ser observadas como lugares de fala, de voz, de produção de sentidos e de mobilização de contextos. Isso porque as nuanças, no contexto do Rio de Janeiro, estão redesenhando as linhas limítrofes das universidades, dos movimentos político-sociais, dos estudantis, do perfil das carreiras, etc. – mesmo que ainda lentamente.

Questionar, portanto, meus próprios saberes, meu ex-futuro-atual espaço de locomoção, minhas subjetividades; mas questionar, também, a seleção das prioridades das questões e dos recortes das pesquisas publicadas, e mesmo as exclusões por elas representadas, parte de um lugar. Trata-se de um questionamento que redunda em reflexões que denunciam quão fechado está o sistema político, a ponto de serem necessárias muitas lutas e empreendimentos, para que o objeto texto seja considerado um problema social, e não escolar, como se esta estivesse descolada e isolada dentro do seu próprio muro (como atualmente, muitas vezes, ainda se vê).



Meu lugar como analista de discurso crítico não foi efetivado, se a Análise Crítica do Discurso for vista exclusivamente pela perspectiva de alteração de algum ponto social observado; ou mesmo pela provocação de reflexão dos sujeitos participantes da pesquisa, e de mudança de consciência. Contudo, penso, questionar, também o próprio lugar de analista de discurso crítico e ressignificar esse lugar é, também, necessário. Trata-se de um agir que parte de limites muito bem colocados pelo modelo colonialista e, por isso, nossas pesquisas que, inicialmente partem de certas expectativas, encontram barreiras fortes que só serão infiltradas ao longo de nossa carreira, e em longo prazo, pela insistência, persistência, pela não desistência.

No caso específico da pesquisa, por questões políticas-territorialistas, os resultados não conseguiram voltar aos produtores, tampouco foram autorizadas continuidades que

possibilitassem uma reflexão mais prática a respeito dos resultados, o que poderia resultar em ações político-pedagógicas específicas. Contudo, o fazer para a prática decolonial, o fazer social é, também, penso, um fazer para futuras novas tentativas. – Neste caso, as tentativas se reformularam na forma de ações extensionistas.

Questionar um não-lugar é um lugar de incômodos. Não apenas pelas implicações sobre o fazer acadêmico: a aceitabilidade dentro de um gênero, de um lugar de promover apenas certas teorias que rechaçam a criatividade metodológica autorizada pelo lugar discursivo de certas culturas; mas também pelas implicações emocionais que, também, integram um sujeito-pequisador. Neste caso específico de questionamentos, mais do que enfrentar uma *Academia*, há o enfrentamento de uma exposição pessoal: Retirar impessoalidade é retirar, simultaneamente, o lugar bonito e "instagramável" do pódio que, a muitas custas de dedicação extra e de tempo ressignificado, o sujeito pesquisador antes-mas-ainda-periférico conquistou. É apresentar-se para possíveis julgamentos, para a marca registrada da possível inferiorização, pois há saberes e vivências elitizadas as quais esse "ex-periférico" jamais recuperará! E ouvir, em contrapartida, que o sujeito-pesquisador de base não-periférica também conhece certos saberes e culturas que a periferia vivencia seria algo parecido como tentar consolar um órfão – não há reparação para certas perdas atinentes ao que seria direito de todos, mas que se tornou privilégio, e somente quem vivencia sabe, profundamente, dessa verdade!



## 5 CONSIDERAÇÕES PERIFÉRICAS

No artigo, objetivei refletir o lugar do pesquisador que pesquisa com base na abordagem qualitativa. O lugar de um sujeito com identidade híbrida, que vivencia a pesquisa por meio da subjetividade, da não neutralidade. Assim sendo, toca a pesquisa por meio das escolhas da base e dos procedimentos metodológicos, mas também é tocado por ela. Assim sendo, abordei a forma como fui tocada nas perspectivas do lugar geográfico e simbólico, ponderando a respeito de um certo lugar que não tem limites muito definidos, em uma sociedade de perspectiva dual, que valoriza esses limites.

Com vistas a refletir a partir da pesquisa de doutoramento, contextualizei os dados e resumi as interpretações dos resultados, para possibilitar uma interlocução nessa reflexão. Tratou-se uma pesquisa que relacionou textos-co(n)textos produzidos por dez grupos, moradores de diferentes periferias cariocas. A pesquisa resultou que as experiências dos sujeitos projetaram-se discursivamente nos textos de forma a possibilitar distinguir, pela léxico-gramática, diferentes modelos de contextos, nesses diferentes grupos de produtores; e, simultaneamente, de forma a possibilitar observar uma marca de similaridade nos textos pertencentes ao mesmo grupo.

Os dados potencializaram a imbricação texto-discurso e reforçaram a instrumentalidade da recategorização para a observação das nuanças encontradas. Mas resultou, também, na reflexão da relação texto-sociedade, de modo que eu pudesse discutir a forma como a periferia, vista do ponto de vista tradicional, como conceito unívoco, apaga o lugar das nuanças – estas, que possibilitaram, no contexto da pesquisa, as mais potentes reflexões a respeito da relação texto-contexto; e discutir como esse apagamento da nuança, igualmente, acende o pensamento colonial. Trata-se de ponderações sobre os apagamentos das nuanças dos lugares que me levaram a refletir sobre o meu próprio lugar, o lugar de uma mulher marcada socialmente para não ser professora universitária, mas que se identifica no lugar de pesquisadora, mas que se vê em não-lugares em várias vivências (em novo modelo de contexto hibridiza vivências de seu grupo de origem e vivências de seu grupo de práticas consideradas elitizadas).



Nesse sentido, o sentido de fazer-ciência marcada por uma pesquisadora que vem desses (não) lugares é, desde o conceito, um fazer-ciência com marcas distintas das marcas de outros pesquisadores. A forma como socialmente compreende o papel da ciência, o porquê, o pra quê, o com quem, está tudo engendrado em sua própria subjetividade. O artigo desenha-se, por isso e por fim, no questionamento de saberes, de fazeres, de seres – questionamento que não tem fim.

## REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, Francisco. Sua casinha é meu palácio: por uma concepção dialógica de referenciação. **Ling. (dis)curso (Impr.)**, v.10, n.1, 2010, p.207-226.

ALVEZ-MAZZOTI, Alda judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa qualitativa e quantitativa**. 2 Ed, SP: Pioneira, 1999.

APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M. Construção da referência e estratégias de designação. Tradução (inédita) de Mônica Magalhães Cavalcante. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BÉGUELIN, M. J. (org.). **Du sintagme nominal aux objects-de-discours.** Neuchâtsh: Université de Neuchâtsh, 1995. p. 227-271.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sociodiscursivo**. 2 ed. 2ª reimpressão. São Paulo, EDUC, 2012

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. Revisitando o estatuto do texto. **Revista do GELNE**, v. 2, 2010, p. 56-71.

_____; BRITO, Mariza Angélica Paiva Brito. O caráter naturalmente recategorizador das anáforas. In: AQUINO, Z. G. O.; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. (Orgs.). **Estudos do discurso: caminhos e tendências**. São Paulo: Paulistana, 2016.

_____; SANTOS, Leonor Werneck dos. Referenciação e marcas de conhecimento compartilhado. **Lingua(gem) em Discurso**, v. 12, n. 3, p. 657-681, 2012.

CHOULIARAKI, Isabela; FAIRCLOUGH, Nornan. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, E. R. (Org.). **Análise Crítica do Discurso – uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. p. 77-103.

CIULLA, Alena. **Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos**. Tese - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

CUSTÓDIO FILHO, Valdinar. Reflexões sobre a recategorização referencial sem menção anafórica. **Linguagem em (Dis)curso** (Online), v. 12, 2012, p. 839-858.

DOMINGUES, Álvaro. Qualificação das periferias. **Inforgeo**, jul., 2017, p. 139-143.

ELIAS, Vanda Maria; CAPISTRANO JÚNIOR, Rivaldo. O Texto Na Linguística Textual: Entrevista À Vanda Maria Elias. **PERcursos Linguísticos**, *[S. l.]*, v. 11, n. 29, p. 24–31, 2021. DOI: 10.47456/pl.v11i29.37213.



**REVISTA DEBATES INSUBMISSOS**, Caruaru, PE. Brasil, Ano 6, v.7, nº 21, mai./ago. 2023. ISSN: 2595-2803
Endereço: https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/
DOI: XXXXXXXXXXXX

GUIMARÃES, S. A. G. **Periferias cariocas e sua geografia linguística: aspectos da referenciação na diversidade da língua escrita – entre o ideal e o real**. 2018. 338f. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

LAGO, Luciana Corrêa do. Trabalho, moradia e (i)mobilidade espacial na metrópole do Rio de Janeiro. **Cadernos Metrópole**, Rio de Janeiro, p. 275-293, jul./dez. 2007.

_____. **Desigualdade e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise.** Recurso eletrônico. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

MARQUESI, Sueli Cristina *et. al*. Plano de texto e contexto: conceitos em interface para o tratamento da escrita e da leitura em mídia digital. **Revista (Con)Textos linguísticos**, v. 13, n. 25, pp. 40-59, 2019.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização*:* uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; BIASI RODRIGUES, B.; CIULLA e SILVA, A. (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

PARDO, Maria Laura. Decolonização do conhecimento nos estudos críticos do discurso. In: **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. RESENDE, V. M (Org.) Campinas, SP, Pontes Editores, 2019. p. 47-62.



QUIJANO, Aníbal. Colonialidade e poder e classificação social. In: **Epistemologias do Sul**. SANTOS, B. S; MENESES, M. P. (ORG.). São Paulo, Cortez: 2010, p. 84-130.

RESENDE, Viviane. **Estudos do Discurso: Relevância social, interseccionalidade, interdisciplinaridade**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

SANTOS, Gersiney. Para que(m) estamos falando? Redes pragmáticas como reexistência em tempos pandêmicos. **Estudos do Discurso: Relevância social, interseccionalidade, interdisciplinaridade**. Campinas, SP: Pontes Ed., 2022. p. 11-28

SANTOS, Milton. Globalização e meio técnico-científico. In.: **Da totalidade ao lugar**. Edusp: São Paulo, 2005, p. 119-170.

THOMPSON, John. Brookshire. O conceito de ideologia. In.: **Ideologia e cultura moderna**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

VAN DIJK, Teun. **Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva**. S.P: Contexto, 2012.

_____. O discurso do movimento negro unificado no Brasil. In. RESENDE, V. M (Org.). **Estudos do Discurso: Relevância social, interseccionalidade, interdisciplinaridade.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2022. p. 109-144.

_____. **Discurso antirracista no Brasil: da Abolição às ações afirmativas**. São Paulo: Contexto, 2021.

VIEIRA, Wanneska Thaymmá Vieira Silva de; Silvio NUNES da Silva Júnior. A perspectiva decolonial como elemento para a (re)construção do ensino de Língua Portuguesa. **Revista Areia**, *[S. l.]*, v. 5, n. 6, p. 58–65, 2022.

Submetido: 19/07/2023

Aprovado: 12/08/2023